

KEHINDE: UMA VOZ INSURGENTE EM UM DEFEITO DE COR, DE ANA MARIA GONÇALVES.

KEHINDE: AN INSURGENCY VOICE IN
A DEFECT OF COLOR, BY ANA MARIA GONÇALVES.

Elane da Silva Plácido

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (São Cristóvão/Brasil).

Professora Substituta de Língua Portuguesa no Instituto Federal da Bahia - IFBA (Lauro de Freitas/Brasil).

E-mail: elaneplacido2@gmail.com

Recebido em: 21 de janeiro de 2026

Aprovado em: 26 de abril de 2026

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 23 | n. 2 | p. 193-211 | jul./dez. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4682>

RESUMO

No presente artigo, analisamos *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, a partir da relação entre discurso histórico e ficcional que se manifesta por meio da voz insurgente da protagonista, Kehinde. A narrativa evidencia como a insurgência feminina é construída por intermédio de aspectos da opressão patriarcal e da subversão, destacando as formas de resistência das mulheres pretas diante desses cenários, de forma a representar uma tentativa de se libertar das amarras sociais. Para tanto, a fim de atingir os objetivos propostos, esta análise se ancorará em diferentes abordagens discursivas refletidas à luz dos estudos de Aníbal Quijano (2005), María Lugones (2020); nas reflexões acerca do lugar de fala de Djamila Ribeiro (2019) e nas interseccionalidades discutidas pela ativista Angela Davis (2019). Destacamos, ainda, que Gonçalves produz um trabalho narrativo em que História e ficção se entrecruzam, de modo a fazer emergir o lugar de fala de Kehinde, mulher negra inserida no contexto das relações culturais e sociais do Brasil Colonial, que resiste às injustiças destinadas a quem estava à margem do poder político e econômico, enfrentando tais opressões e formas de silenciamento.

Palavras-chave: Literatura negro-brasileira contemporânea. Insurgência feminina. Ana Maria Gonçalves.

ABSTRACT

In this article, we analyze *Um defeito de cor* (*A Defect of Color*), by Ana Maria Gonçalves (2006) focusing on the between historical and fictional discourse as manifested through the insurgent voice of the protagonist Kehinde. The narrative reveals how women's insurgency is constructed through aspects of patriarchal oppression and subversion, highlighting the forms of black women's resistance employ in the face of these scenarios, representing an attempt free yourself social constraints. To this end, this analysis is based on different discursive approaches, interpreted in light of the studies of power and gender control studied by Aníbal Quijano (2005) and María Lugones (2020); reflections on Djamila Ribeiro's concept of lugar de fala (2019); and the intersectionalities discussed by activist Angela Davis (2019). We further emphasize that Gonçalves constructs a narrative in which history and fiction intertwine in such a way as to bring fore Kehinde's lugar de fala ou standpoint, a Black woman embedded in the context of the cultural and social relations of colonial Brazil, who resists injustices imposed on those relegated to the margins of political and economic power by confronting such oppression and forms of silencing

Keywords: Contemporary Afro-Brazilian literature. Women's insurgency. Ana Maria Gonçalves.

1 INTRODUÇÃO

Um defeito de cor (2006)¹, obra de Ana Maria Gonçalves, faz uma releitura da formação do povo brasileiro, escrita pela voz narrativa da personagem africana Kehinde, que viaja da África para o Brasil em busca do filho perdido. Na ocasião, ao longo da travessia diaspórica, conta sua vida em meio às opressões vivenciadas. Desse modo, a produção constitui-se como romance histórico, tendo em vista o fato de abordar eventos históricos e o cotidiano de personagens negras que lutaram contra o poder do homem branco.

A diáspora africana recriada, de forma ficcional, por Gonçalves mostra-nos a manifestação de uma voz insurgente, Kehinde, que narra a história em meio a suas vivências e às de seus irmãos, diante das ações patriarcais. Na travessia, entre medos e a esperança de encontrar o filho, a narradora destaca as mobilizações das mulheres como forma de escapar das hegemonias vivenciadas a todo momento.

O surgimento de muitas escritoras nas últimas décadas, focadas em revisar o passado histórico do Brasil, amplia os debates sobre vozes insurgentes na literatura, pelas pautas feministas. Esses debates destacam as mulheres não como marginalizadas, mas como agentes históricas, lutando por seus direitos e opondo-se às práticas perversas coloniais.

Nesse contexto, abre-se espaço para personagens femininas que romperam com as imposições coloniais, identificadas desde o romance *Úrsula* (1860), de Maria Firmina dos Reis, primeira romancista negra a abordar aspectos afro-brasileiros, conhecida como a pioneira da literatura abolicionista, seguido por Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), que denuncia a realidade vivenciada na Favela do Canindé, em São Paulo, e pelas mais contemporâneas: Conceição Evaristo, em *Ponciá Vicêncio* (2003), e nos contos *Olhos d'Água* (2014), que destacam escritivências de mulheres, ecoando memórias significativas de vida e corpos oprimidos por diversas ameaças, culminando, muitas vezes, na morte. Ademais, cabe citar também Eliane Alves Cruz, escritora do livro *Água de Barrela* (2016), com uma narrativa ancestral e de resistência de mulheres.

A visibilidade das diferentes vozes femininas, como as das afrodescendentes, vem conquistando espaço nos romances citados, tecendo táticas insurgentes e insubmissões estratégicas na escrita. Desse modo, as produções literárias de algumas autoras negras vêm apresentando, com frequência, ações de vozes insurgentes. Um ser insurgente é o sujeito que se rebela contra algo, não aceita normas, posiciona-se e contesta ações de poder, rompendo com as submissões impostas.

¹ Para as citações da obra neste artigo será utilizada a edição 25, do ano de 2020.

Esse rompimento é observado em diversas passagens do romance, no momento em que identificamos sua opinião contrária ao poder vigente. Essa postura contestatória e até revolucionária retoma a história da ex-escravizada Luiza Mahin, mãe de Luís Gama, que passa por diversas violências em sua trajetória de resistência. Nessa perspectiva, este artigo justifica-se por destacar a relevância da postura política da personagem, inconformada com o contexto submisso que vivencia e que, assim, junto a outros irmãos, atua contra as autoridades do governo e as ordens estabelecidas.

Em meio a essa iniciativa subversiva, Kehinde revela as desigualdades sociais, as crueldades, os preconceitos contra o candomblé, diversas discriminações e os desmandos dos donos do poder. Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral compreender como a personagem tensiona a história oficial, a colonialidade e o patriarcado, de maneira estratégica para romper com o processo colonial de escravização. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os desafios e as formas de silenciamento impostas às mulheres negras; destacar as marcas da escravização desenvolvidas no momento histórico em que se desenvolve o enredo; e discutir as resistências contra ações hegemônicas dos sujeitos sob uma ótica da revisão histórica.

Para tanto, o artigo tem a finalidade de problematizar a seguinte questão: como Kehinde desafia normas hegemônicas, dando voz aos sujeitos marginalizados e se tornando uma narradora insurgente? No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e crítico-interpretativa, baseada na análise de excertos do romance e articulada à noção de lugar de fala, discutida por Djamila Ribeiro, à decolonialidade de gênero e à abordagem da violência da colonização, estudada por María Lugones (2020), e às reflexões sobre as nuances das submissões, que intersectam as estruturas de poder estudadas por Angela Davis (2019). Essa abordagem teórica é importante para embasar nossas reflexões sobre as marcas da revisão do contexto histórico do romance selecionado.

O texto foi dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais, com o intuito de estabelecer uma discussão sobre como Kehinde assume uma postura insurgente, opondo-se às opressões e às normas que escravizavam os sujeitos menos favorecidos pela colonização. A resistência da narradora, ao denunciar um contexto histórico hegemônico e patriarcal, é abordada de forma reflexiva e analítica, problematizando como os negros e a própria protagonista conseguiram transgredir as normas que lhes eram impostas, reescrevendo, assim, as memórias e as narrativas pela voz feminina negra, o que confere identidade e pertencimento.

2 O LUGAR DE FALA DE ANA MARIA GONÇALVES

O lugar ocupado por Ana Maria Gonçalves na literatura brasileira é de grande representatividade e configura-se, à sua maneira, como uma reparação histórica. Uma voz negra que surge para questionar espaços antes não permitidos à mulher. Com o surgimento de vozes negras femininas na literatura, destaca-se Ana Maria Gonçalves, que foi a primeira mulher negra, em 128 anos de história, a integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL), em novembro de 2025.

A pesquisadora Djamila Ribeiro destaca que o lugar de fala “é romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia.” (2019, p. 89). Esse sentimento de rompimento é identificado com a chegada de Ana Maria Gonçalves à ABL, consagrando, desse modo, um direito que foi negado às mulheres negras escritoras. Essa representação se destaca em um debate crítico e político, como uma forma de descentralizar ações racistas e preconceituosas.

Referente à questão do lugar de fala, Gonçalves, em entrevista concedida no ano de 2023 ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, comentou que vê sentido no nicho, mas quer reivindicar “um [lugar] além” — o de escritora de literatura brasileira. Dessa forma, sua notoriedade literária desperta contextos importantes de representação histórica e literária, *como se observa* quando a obra *atinge* outros contextos, pois, após ser tema-enredo, em 2024, da escola de samba Portela, teve aumento expressivo nas vendas, após o desfile, como o livro mais vendido da Amazon.

A escritora de *Um defeito de cor* é natural de Ibiá (MG), nascida em 13 de novembro de 1970. Formou-se em Publicidade e trabalhou na área durante 13 anos, em São Paulo. O seu interesse pela literatura a fez abandonar o emprego, em 2002, para morar na Ilha de Itaparica, Bahia.

No mesmo ano, a escritora publicou seu primeiro romance, *Ao lado e à margem do que sentes por mim*. Segundo Millôr Fernandes, a obra teve circulação restrita e foi editada de forma independente. Em 2006, publica, pela Editora Record, *Um defeito de cor*, eleito pela *Folha de S. Paulo* como o melhor livro da literatura brasileira no século XXI.

Dentre outros textos escritos por Gonçalves, estão a peça *Tchau, querida!*, que foi dirigida por Wagner Moura, no ano de 2016, e *Chão de pequenos*, dirigido, em 2017, por Tiago Gambogi e Zé Walter Albinati. A primeira peça aborda questões interpessoais, históricas, políticas e sociais, destacando o poder, a amizade, o cuidado e a busca pela visibilidade de crianças que vivem nas ruas. A segunda caracteriza a necessidade de empatia e diálogo em um contexto social marcado por discriminações.

O livro *Um defeito de cor*, de 950 páginas, foi escrito em cinco anos, dividido em 10 capítulos, cada um iniciado com uma epígrafe de um provérbio africano. Considerada uma obra histórica, a narrativa tem como personagem principal Kehinde, mulher negra trazida da África para o Brasil como escravizada.

A narração é importante para a compreensão da formação do Brasil, descrevendo, ainda, várias cenas agressivas que recriam a variedade de experiências violentas acerca da escravização no Brasil. A pesquisa realizada pela escritora narra uma construção ficcional inspirada em Luiza Mahin. O enredo é iniciado com o sequestro da personagem principal, Kehinde, no Reino do Daomé (Benin), para ser escravizada na Bahia. As ações foram inspiradas em Luiza Mahin, mãe do abolicionista Luiz Gama, que participou da revolta do Malês², o que aproxima história e memória de modo significativo.

Os elementos do passado brasileiro ficcionalizados na narrativa de Gonçalves retomam a história, dando voz aos silenciados, sujeitos que viveram à margem, principalmente *aos* negros do século XIX. A personagem principal narra sua própria vida, desde a infância livre na África *até* a luta pela liberdade no Brasil. Dessa forma, entende-se que Kehinde é uma personagem revolucionária por não aceitar *as* normativas estabelecidas, *insurgindo-se*, indagando ações hegemônicas e participando de revoluções, *das quais se* destaca a luta pela abolição. Nessa perspectiva, a narradora do texto é uma voz que desafia as narrativas oficiais, convidando-nos *à* reflexão a respeito do passado brasileiro.

A possibilidade de uma reescrita histórica se mistura às manifestações religiosas africanas trazidas para o Brasil e à permanência de diversas formas de resistência. Dessa maneira, as violentas submissões sofridas pelos negros *e* suas insurgências culminaram em associações que tinham o intuito de ajudar os irmãos negros.

Essa presença do passado, por meio da diáspora negra retratada pela narradora, é uma visão [...] empregada em não deixar esquecer o passado de sofrimentos, mas, igualmente, de resistência à opressão. Essa presença do passado como referência para as demandas do presente confere à escrita dos afrodescendentes uma dimensão histórica e política específica (Duarte, 2006, p. 306).

É por meio do discurso histórico e ficcional que a voz insurgente da protagonista, Kehinde, é manifestada. Essa revisão é desdobrada como um exercício de reescrita do passado, ao proporcionar uma versão de empoderamento feminino construída pelas ações da personagem feminina, que subverte os diferentes tipos de violências naturalizadas pelos colonizadores.

Desta forma, por não possuir o direito de construir um lar, esses sujeitos propagaram ações contracoloniais em seu íntimo, como afloramento de lutas por seus direitos. Ademais, "desde a época da

² Foi a maior revolta de escravos da história brasileira, mobilizando 600 africanos escravizados que lutaram pela sua liberdade, por serem assim chamados os negros muçulmanos que o organizaram. A expressão malê vem de imalê, que na língua iorubá significa muçulmano. Portanto os malês eram especificamente os muçulmanos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia (Reis, 2003).

escravidão a população negra não teve o direito da construção de um lar e *da* formação de família” (Davis, 2019, p. 18).

Considerando que a escravização coloca em questão o não direito dos sujeitos, as políticas de dominação colonial de um povo ou nação constituem *um* legado que continua influenciando a realidade da população negra no Brasil. Essa questão é observada pelas relações de exploração que são renovadas *ao longo dos* anos. Nesse contexto, Quijano discute que esse processo, conhecido como colonialidade, refere-se a um padrão de poder que não *se limita somente à* dominação, mas também a outros posicionamentos de domínio, como o racial.

Kilomba, assim como Davis, critica o poder colonial, abordando ações do racismo estrutural e suas marcas cotidianas. As estudiosas defendem a urgência de pensar as especificidades que *estabelecem* o racismo estrutural, como o trauma causado pelo colonialismo.

Nesse contexto, em *Mulheres, raça e classe* (2019), Davis dialoga com Kilomba ao abordar que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo, mostrando, em seus estudos, que há a necessidade da não hierarquização das opressões, considerando o quanto é necessária a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade.

Diante desse contexto desfavorável, mulheres negras despertam caminhos de resistência e legitimam novas formas de libertação. Relacionando essa questão *à* obra literária em estudo, esse contexto é *observado* com a protagonista Kehinde, quando consegue comprar, com suas vendas de cookies, sua carta de alforria. Outro aspecto que a situou à frente do seu tempo foi o fato de que ela gostava de discutir política e abolição, opondo-se às questões opressoras e patriarcais, aspectos esses que a caracterizam como uma mulher contestadora. Ao romper todas essas questões normativas, a personagem resiste com autonomia e passa a empreender, a partir do momento em que busca formas de adquirir dinheiro para sobreviver e ajudar outras mulheres negras a obterem sua liberdade:

Mas o meu negócio de venda de pano-da-costa e de musselina ia cada vez melhor, pois o Tico conseguia comprá-los por um preço muito bom diretamente dos marinheiros que aportavam na Bahia. E, para ajudar, as pretas minhas freguesas, libertas ou de ganho, também estavam ganhando mais dinheiro, o que fazia com que gastassem mais, pois adoravam novidades. Se eu quisesse, a cada seis meses poderia comprar um moleque e colocar ao ganho, mas não queria, pois nunca admiti ter escravos (Gonçalves, 2020, p. 694).

Ao retornar ao passado para explicitar as humilhações sofridas pelo povo negro, Gonçalves traz à baila uma crítica à visão colonial que faz o leitor repensar o porquê de tanta dizimação cometida contra o homem negro. Desse modo, surge a perspectiva de uma narradora que, mesmo estando em um contexto

de forte subordinação patriarcal, denuncia os horrores impostos em um período colonial como forma de resistência para se libertar de questões normativas. Com isso, a personagem busca romper normas, tentando confrontar o poder patriarcal.

De acordo com Gonçalves, *Um defeito de cor* é a história da luta preta no Brasil, incorporada por uma mulher que enfrentou desafios inimagináveis para continuar viva e preservar suas heranças e raízes. [...] A história de uma mãe, heroína, filha de África, que pariu a liberdade dessa nação³. É por meio dessa representação materna que identificamos a simbologia do amor e da luta de uma mulher, bem como a força cultural da diáspora africana, que vem celebrar a heroína do Levante dos Malês, Luiza Mahin.

Ao observar os lugares de fala conquistados pela escritora, identificamos, de forma semelhante, essa conquista na personagem da ficção, a porta-voz insurgente, que desenvolve sua resistência junto às outras personagens. Desse modo, “mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistências” (Ribeiro, 2019, p. 57).

Tais resistências, observadas pela trajetória de sofrimento e *pelo* relato diante da busca do filho vendido, nos convidam a conhecer mais as estratégias utilizadas pela escritora, como maneira de revisitação histórica, a partir de uma voz feminina que não se permite ficar “com o histórico trauma da escravidão e colonização reencenado no racismo de todos os dias” (Kilomba, 2019, p. 40).

Toda a reencenação exposta inclui novas formas de elaborar a escrita, que rompe as fronteiras entre o literário e o histórico para lançar um olhar sobre os silêncios escondidos por trás da história do Brasil. Na obra, a contestação da história oficial e sua incorporação à literatura *são utilizadas* para desconstruir normas e reavaliar as estratégias de violência usadas para silenciar as mulheres.

Nesse caso, Gonçalves rompe a linearidade do olhar do colonizador, protagonizando, em sua ficção, uma visão decolonial contestadora da colonização do Brasil. Essa atitude caracteriza a crítica diante das racionalidades políticas modernas, que surgiram para impor práticas autoritárias, de natureza racista e patriarcal, formadoras de uma matriz colonial de poder. Este aspecto é discutido por Mignolo (2017, p. 5), que argumenta que:

O “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Os eventos se desdobraram em duas direções paralelas. Uma foi a luta entre Estados imperiais europeus, e a outra foi entre esses

³ Fernandes, Nayara. *Um defeito de cor*: conheça livro homenageado em samba-enredo da Portela. Ana Maria Gonçalves, escritora e autora em entrevista ao portal G1. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval>. Acesso em: 20 Maio. 2026.

Estados e os seus sujeitos coloniais africanos e indígenas, que foram escravizados e explorados.

A visão decolonial refere-se, primordialmente, “à condição de libertação dos povos subalternos, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica. Afinal, liberdade não tem preço, tem valor” (Reis, Andrade, 2018, p. 8). Tal valor, diante deste complexo processo de dominação, se constitui enquanto estratégias epistêmicas e políticas, como se observa na obra, quando identificamos as insurgências independentistas de Kehinde contra o poder para estabelecer um diálogo entre os irmãos que experimentam o lado violento do colonizador:

Na época, o assunto era um pouco complicado para mim, que não consegui entender direito. Mas com o tempo, e conforme fui adquirindo conhecimentos, tudo o que estava sendo conversado ali foi se tornando mais claro e chegou mesmo a me servir em certas ocasiões (Gonçalves, 2020, p. 156).

[...] os argumentos que usavam contra a dominação portuguesa também valessem contra a dominação que eles tinham sobre nós, os escravos. A mesma liberdade que eles queriam para governar o próprio país, nós queríamos para as nossas vidas. A exploração era a mesma e até mais desumana, porque tratava de vidas e não apenas do pagamento de impostos e da ocupação de cargos políticos (Gonçalves, 2020, p. 157).

Ao observar as citações acima, identificamos a insubordinação da narradora, pois o mesmo pensamento que a elite tinha, *de* tornar o Brasil independente, era o que ela e outros escravizados queriam para *as* suas vidas: viver em liberdade. Contudo, a desumanização era maior. A narradora expõe que esse conhecimento adquirido, a partir das conversas acerca de ações para libertar o país de Portugal, serviu para outras ocasiões, como nas ações abolicionistas de luta contra a escravização.

Nesse contexto, é pela atitude insurgente da personagem que Gonçalves, em sua narrativa, consegue legitimar o seu lugar de fala, além de apontar um contexto de resistência e reexistências políticas diante do processo de independência e descolonização no Brasil. Essa confrontação, exposta diante das discriminações, *dos* preconceitos contra a religião, *da* escravização e *das* violências, *estrutura*, hoje, processos de colonialidade do poder estudados por Quijano (2005). Porém, esse aspecto da violência simbólica contra o homem negro e as diversas resistências a esse poder demarcam toda a trajetória da diáspora africana

Essa visão, identificada, sobretudo, nas atitudes de resistência de Kehinde, protagonista da história narrada, mostra-nos que, historicamente, a desvalorização das ações das mulheres negras foi mantida como uma estratégia de silenciamento, como bem destaca Lorde (2020, p. 124): “mulheres respondendo

ao racismo significa mulheres respondendo à raiva da exclusão, raiva do privilégio não questionado; das distorções raciais; do silêncio; dos maus-tratos; da estereotipação”.

As discussões de Lorde (2020) destacam as transformações do silenciamento em linguagem e em ação, uma maneira de modificar as vivências do racismo e *da* exclusão em atitudes próprias, de modo a desafiar estruturas de poder. Esse processo sai da invisibilidade para *dar* lugar aos indivíduos que foram silenciados por meio de dores e identidades reprimidas em contextos de discriminação.

Com as transformações, os sujeitos sofrem intervenções, seja por meio da educação, *da* política ou *da* cultura, pois é dessa maneira que a linguagem se transforma em ação, quebrando os silêncios que não os protegem. Para a filósofa feminista Lorde (2020, p. 58), “o avanço das mulheres negras que se definem sobre suas próprias condições, prontas para explorar e buscar nosso poder e nossos interesses dentro de nossas comunidades, é um componente vital na guerra pela libertação dos negros”.

Essa postura corrobora a concepção do lugar de fala discutida por Ribeiro, ao relatar que: “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza, racismo e sexismo” (2019, p. 83). Desse modo, entendemos que as filósofas dialogam acerca da conscientização do poder de transformação que a linguagem possui nos diversos espaços, podendo, assim, tornar *claras* possíveis resistências e reparações inseridas pelas mazelas sociais.

Além disso, tal resistência, que implica uma voz insurgente, pode ser considerada uma estratégia feminista. Nesse sentido, é importante afirmar que a insurgência sempre fez parte das ações das mulheres que enfrentaram a dominação. Desse modo, Davis (2019, p. 24), afirma que: “essas mulheres podem ter aprendido a extrair das circunstâncias opressoras de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão”

Apesar de retratar as perversas formas de violência contra o povo negro escravizado, observamos que *Um defeito de cor* reforça a perspectiva de Davis, ao descrever uma protagonista que soube estabelecer formas de sociabilidade, unindo o coletivo, e ensinando-o a não se abater com as circunstâncias de desumanização.

Além da abordagem histórica, o livro explora as contribuições religiosas e culturais, de forma a analisar a revisão do cânone. Dessa maneira, o aspecto ficcional aborda o importante papel da revisitação histórica de sujeitos transgressores do sistema colonial opressor. Diante deste complexo de dominação, é que se apresenta o projeto decolonial ou contracolonial, que se constitui numa estratégia de resistência a uma necropolítica, que escolhe quem deve morrer.

A luta pela sobrevivência, a partir das atitudes decoloniais ou contracoloniais, identificadas no romance, mostra-nos uma significação precisa na ação de confrontar concepções raciais, de gênero e

religiosas, que desestruturam os sistemas de poder e pretendem dominar sujeitos por meio de aspectos de exploração, inserindo-os em um contexto ideológico de um sistema-mundo moderno, que divide o mundo de forma desigual.

Portanto, a luta contra as formas de desigualdade é exposta por meio da literatura, de forma que sejam refletidas ações de rompimento contra o poder, que assola os marginalizados. Nesse intuito, o lugar de fala de Ana Maria Gonçalves, de mulher preta, é o de não silenciar as mazelas produzidas pela colonialidade do poder. Assim, entende-se que esse não silenciamento é exposto na narrativa, a partir do momento em que a protagonista relata suas vivências, que são memórias representativas de uma africana já idosa, cega, mas com esperanças de encontrar o filho perdido há décadas.

Kehinde nos apresenta, a partir da evocação de suas memórias, a diáspora coletiva de um povo, suas ações de resistência, incentivo e luta contra a não aceitação de ações colonialistas. Dessa maneira, entende-se que essas atitudes de denúncia contra os processos históricos de violência física, simbólica, cultural, de gênero e sexual, bem como do racismo, fazem com que ela seja uma narradora insurgente.

3 KEHINDE UMA NARRADORA INSURGENTE

Eu nasci em Savalu, reino de Daomé, África, no ano de um mil oitocentos e dez. Portanto, tinha seis anos, quase sete, quando esta história começou. O que aconteceu antes disso não tem importância, pois a vida corria paralela ao destino. O meu nome é Kehinde porque sou uma ibêji e nasci por último (Gonçalves, 2020, p. 19).

Nas primeiras páginas do livro *Um defeito de cor* identificamos uma narradora em primeira pessoa, a personagem Kehinde, que conta sua história, questionando os valores morais por meio de sua tessitura ancestral. Ana Maria Gonçalves destaca sua opção pela primeira pessoa, como uma estratégia de valorizar a voz da protagonista: uma mulher africana escravizada no Brasil.

Kehinde narra memórias de dor e resistência, proporcionando uma visão subjetiva, religiosa e ancestral dos fatos históricos. A escolha da narrativa em primeira pessoa é muito importante, pois fortalece a perspectiva do lugar de fala da mulher negra. Essa técnica tem sido muito trabalhada como uma marca da literatura de autoria feminina brasileira. De acordo com Elódia Xavier:

as narrativas de autoria feminina falam sobretudo de mulheres e a primeira pessoa é a dominante. O tom confessional chega a confundir o leitor: narradora ou autora? ficção ou autobiografia? Quando isso não ocorre, a intimidade entre a narradora e a personagem é tão grande que a introspecção fica garantida (1991, p. 12).

A compreensão da relação entre o que se sente e o que se pensa, exposta pela narradora insurgente, é identificada a partir do tom íntimo de muitas passagens, as quais reforçam a perspectiva confessional dessa narrativa. Esta percepção se encontra, sobretudo, nas descrições das incertezas que atravessam a personagem durante a diáspora. Incertezas da vida de uma escravizada, de uma mulher negra que sofreu, juntamente com sua irmã, abusos sexuais. Presenciou a morte de sua mãe, o falecimento da irmã e da avó no navio negreiro. Após chegar ao Brasil, foi privada de liberdade linguística, religiosa e cultural, mas nunca se deixou abater, mostrando que precisava lutar para sobreviver à colonização.

No romance, algumas passagens se destacam por desafiar regras dominantes. Uma delas é quando a personagem chega ao Brasil e recusa-se a ser batizada na Fé Católica. Além disso, outros momentos que também chamam a atenção ocorrem quando ela sofre violência sexual e, ainda, quando ajudava nas fugas e nas reuniões visando à liberdade dos irmãos. A partir desses eventos vividos, ela reforçava a consciência de que precisava subverter as situações de opressão. Desse modo, a insurgência da protagonista resiste “vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la” (Lugones, 2014, p. 948).

Reconhecendo a importância de relatar um registro do processo de luta contra a escravização, Quijano aponta uma crítica acerca da criação de “raça” como forma de classificação hierárquica e biológica. Era uma forma de legitimar a dominação dos seres considerados como não humanos, termo muito usado por Lugones. Nesse aspecto da raça, o estudioso argumenta que o debate racial teve início com os conquistadores, *ao questionarem se os aborígenes possuíam ou não alma*. Assim, “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (Quijano, 2005, p. 117).

Pelo exposto, Lugones cita que a colonialidade não se refere apenas à classificação racial: “ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, à autoridade coletiva, ao trabalho e à subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas” (2020, p. 57).

A colonialidade do poder possui formas de dominação patriarcal, dominados por um domínio de divisões que excluem sujeitos sociais não-europeus da inclusão efetiva na sociedade. Esses excluídos são os que estão à margem, sem direito, e que sofrem constates discriminações, como indígenas, negros e, principalmente, as mulheres de cor⁴.

⁴ Termo cunhado nos estados unidos por mulheres vítimas da dominação racial. Como termo de coalizão contras máquinas opressões (Hollanda, 2020, p. 80)

A narrativa aborda o momento da chegada dos negros ao Brasil e as normativas a serem obedecidas, como seguir a religião dos brancos, serem batizados e falar a língua do colonizador. Essas hierarquias, como estratégias de dominação, são discutidas por María Lugones, segundo a qual os/as indígenas e os/as africanos/as foram inferiorizados e considerados primitivos, animais e não humanos:

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. Ao invés disso, o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados (Lugones, 2014, p. 941).

Essa transformação era idealizada na religião e refletida pela protagonista ao lembrar a missão civilizatória de levar fé aos povos considerados selvagens, que possuíam um interesse socioeconômico e eurocêntrico de colocar a religião católica no ápice da evolução humana. A esse respeito, a narradora relata que:

Alguém lembrou que o padre também tinha dito que, a partir daquele momento, eles deviam acreditar apenas na religião dos brancos, deixando em África toda a fé nos deuses de lá, porque era lá que eles deveriam ficar, visto que os deuses nunca embarcam para o estrangeiro. Quando alguém comentou isso, todos fizeram saudações aos seus orixás, eguns ou voduns, demonstrando que não tinham concordado (Gonçalves, 2020, p. 50).

A demonstração de não aprovação pelos negros e negras demonstra que a insurgência dos povos negros inicia desde a sua vinda como escravizados para o Brasil. Essa resistência é uma maneira de manter-se firme em sua religião, em sua cultura e junto ao seu povo. Uma forma de lutar contra toda forma de repressão. Mesmo quando foram proibidos de exercer ou cultuar a sua fé, eles estavam lá, encontrando uma maneira de manter viva as suas crenças religiosas. Ainda sobre o viés de Kehinde, Gonçalves aborda:

Em terras do Brasil, eles tanto deveriam usar os nomes novos, de brancos, como louvar os deuses dos brancos, o que eu me negava a aceitar, pois tinha ouvido os conselhos da minha avó. Ela tinha dito que seria através do meu nome que meus voduns iam me proteger, e que também era através do meu nome que eu estaria sempre ligada à Taiwo, podendo então ficar com a metade dela na alma que nos pertencia (Gonçalves, 2020, p. 63).

Conforme já mencionado, Kehinde, mais uma vez, mostra sua resistência ao rejeitar ser novamente batizada. A atitude que toma, de forma imediata, é fugir para não ter seu nome trocado. A personagem, com o desenrolar do enredo, demonstra que suas insurgências foram relevantes, para tentar manter a religião e cultura africanas:

saí correndo pelo meio dos guardas. Antes que algum deles conseguisse me deter, pulei no mar. [...] ir para a ilha e fugir do padre era exatamente o que eu queria, desembarcar usando o meu nome, o nome que a minha avó e a minha mãe tinham me dado e com o qual me apresentaram aos orixás e aos voduns (Gonçalves, 2020, p. 63).

Esses são os primeiros momentos que caracterizam a insatisfação da personagem, mesmo com todas as proibições impostas pela religião católica. A não adesão à religião dos brancos implicava uma maneira de manter a ancestralidade negra, cultivada junto às memórias de seu passado e aos ensinamentos recebidos de sua avó. Essa questão é muito representativa, pois caracteriza o seu elo com o passado, o que corrobora as discussões de Quijano, (2005, p. 121):

Forçaram também em medidas variáveis em cada caso os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa.

No Brasil, uma vez escravizada, a personagem sofre várias agressões; uma delas foi o estupro praticado em Itaparica pelo senhor de escravos José Carlos. Kehinde retrata que obteve, nesse contexto, a consciência de sua condição e da urgente necessidade de se tornar insubmissa. Essa seria a sua principal forma de defesa contra qualquer tentativa de violência à qual estava sujeita. Um outro momento em que a personagem tem essa conscientização na narrativa, acontece quando observa as fugas dos escravizados:

Olhando para um deles, que tinha tombado perto de mim, o corpo caído de costas e se debatendo, meu peito foi ficando apertado com a visão do riozinho de sangue, ao mesmo tempo em que nascia uma revolta muito grande pela nossa condição. Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais (Gonçalves, 2020, p. 144).

Diante do exposto, ao ter consciência de que não tinha direito algum, nem ao seu próprio corpo, a narradora reflete que, mesmo estando diante de um contexto de colonização, na condição de escravizada, precisava conseguir sua liberdade. Para isso, trabalhou muito para atingir seu objetivo. Nesse contexto,

“desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas” (Lugones, 2014, p. 941).

A desagregação insurge na forma de reexistência da personagem Kehinde, marcada pela força da mulher negra diante do enfrentamento de normalizações, sem desistir da sua vida, da liberdade, da irmandade e, sobretudo, de reencontrar o filho vendido pelo pai. Essa voz insurgente procura, o tempo todo, estratégias para decompor ações hegemônicas. É dessa forma que “desde muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra-hegemônicos” (Ribeiro, 2019, p. 18).

Os discursos de Kehinde chegam ao ápice quando ela começa a comprar alforrias ou a ajudar financeiramente nas fugas de escravos. Isso só acontece após se tornar uma mulher bem-sucedida financeiramente, por seu trabalho como comerciante: “Para a fuga, dei a ela alguns mil réis para que tudo fosse muito bem providenciado, e disse que, se precisasse de mais dinheiro, era para falar comigo” (Gonçalves, 2020, p. 345-346).

Toda sua fortuna se tornou um instrumento de resistência e libertação coletiva, servindo para ajudar outros irmãos, como destacado na citação. Desse modo, a personagem usa o seu desempenho econômico como ferramenta libertadora, uma forma de quebrar a sua história de escravização e a dos seus. Dessa forma, a narradora destaca: “voltei a me interessar e a participar das reuniões permitidas, também me oferecendo para fazer o que fosse necessário” (Gonçalves, 2020, p. 495).

Além disso, sua participação na Revolta dos Malês, dialogando em reuniões com os muçurumins (muçulmanos africanos), para que se encontrassem soluções precisas contra os escravocratas em Salvador, também se caracteriza como insurgência perceptível na obra. A personagem atua como rede de apoio para a libertação de outros escravizados:

Confesso que fiquei um pouco decepcionada, pois imaginava que em tais reuniões tratassem de idéias efetivas contra a escravidão, e comentei isso com o Fatumbi. Ele disse que tratavam sim, mas longe das vistas do inglês, dentro da mesquita, e que na hora certa me falaria de alguns planos. Por ora, eu deveria começar observando os navios que transitavam no mar de dentro e no mar de fora, ajudando a denunciar os que poderiam carregar escravos capturados ao norte da linha do Equador, em África (Gonçalves, 2020, p. 557).

A narradora, conforme a história vai revelando algo significativo: a existência de uma mulher negra que é crucial na participação dos planos para a revolta. Além disso, temos uma voz insurgente como narradora da Revolta dos Malês: “os pretos de São Salvador estavam lutando para libertar todos os

outros pretos, que era uma grande mentira dos brancos dizerem que nós éramos inferiores, pois todos eram iguais perante o único Deus, Alá” (Gonçalves, 2020, p. 122).

Na narrativa, observa-se que Kehinde, ao comentar a respeito dos planos dos muçurumins, destaca que o objetivo era libertar um povo sofrido que não aceitava mais viver sob as opressões que lhe eram impostas. Com isso, a forma de insurgir contra essa ação opressora era com resistência por meio da atuação nos movimentos abolicionistas:

[...] a proximidade com eles era outra coisa, não tinha nenhum laço de fé religiosa, mas de fé na liberdade e na justiça. Essas duas palavras, junto com igualdade, eram as preferidas do Fatumbi e de seus amigos, e acho que não há quem não goste delas (Gonçalves, 2020, p. 492).

Kehinde, ao decidir participar da luta, aceita os riscos de ser morta ou presa. Com sua adesão à forma radical pela liberdade e ao combate à servidão forçada e cruel, a personagem intensifica a irmandade ao comprar cartas de alforria. Pelo que já havia sofrido, sua resistência leva-a a ser solidária e atuar coletivamente, como maneira de buscar a liberdade do máximo de irmãos possível. Com a ideia de coletivo, ela ajuda nas fugas dos escravos, amparando-os em seu sítio, que passa a ser um refúgio quilombola provisório:

e perguntou se eu não gostaria de ajudar nas fugas, pois o sítio poderia ser usado como esconderijo provisório, por ser um local afastado. Ela assegurou que não havia perigo algum, e eu teria apenas que dar o consentimento e, se possível, ajudar a prover o escravo com o que ele precisasse, roupa e comida, pelo período de dois ou três dias que ele ficaria por lá, enquanto esperava para ser enviado para o verdadeiro destino. Para me convencer, disse que alguém tinha feito isso para o meu amigo, o Francisco. Tive que concordar, e pensei no casebre que havia atrás do estábulo, onde ficavam guardados alguns instrumentos de trabalho (Gonçalves, 2020, p. 389-390).

Toda essa forma de resistência identificada na narrativa é expressa pela insurgência de Kehinde, que mostra como o povo negro lutou, de maneira resistente, contra a opressão de um poder colonial estabelecido. É por meio da luta e do desejo de liberdade que se firma uma identidade negra-brasileira.

Logo, é pelo processo de reconstrução de lembranças passadas que Kehinde desafia o processo de colonização e escravização, dando voz aos menos favorecidos e se tornando uma narradora insurgente, a partir da reescrita da história, por meio de uma perspectiva negra. Uma voz que recusa o silenciamento diante de “Um defeito de cor”, que era uma espécie de castigo e obrigava o negro a pedir perdão pela sua própria cor, por ser vista como um defeito.

Desse modo, por meio de uma carta, os negros solicitavam essa dispensa para poder ocupar cargos de destaque. De modo geral, a obra enfatiza insurgências produzidas no contexto da diáspora africana, celebrando a África e o Brasil, de forma a prestigiar uma identidade ancestral africana herdada por ela e concretizada em terras brasileiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, obra histórica marcada por vozes insurgentes decoloniais no século XXI, traz reflexões relevantes acerca das vivências diaspóricas de Kehinde, cuja trajetória é marcada pela luta e pela dor, desde sua infância em Savalu até sua chegada ao Brasil como mulher preta escravizada.

Embora a narradora revise acontecimentos que evidenciam um Brasil colonial e opressor, a narrativa destaca processos de insurgência que culminam na Revolta dos Malês, como forma de resistência à escravização. Desse modo, conforme observado neste artigo, a obra evidencia diferentes formas de resistência por meio da voz insurgente de Kehinde, que desafia padrões e dá visibilidade aos sujeitos marginalizados, constituindo-se como heroína diante dos contextos violentos vivenciados ao longo da narrativa.

Essa voz conquista um lugar de relevância ao tornar-se empreendedora e utilizar seus bens para ajudar os irmãos, como resposta à dor da perda do filho vendido como escravo pelo próprio pai. A protagonista revela-se uma mulher forte, que não se permite abater pelas mazelas sociais. Seu empoderamento a transforma em uma incansável lutadora pela liberdade individual e coletiva, denunciando processos históricos colonialistas de opressão e violência física, simbólica, cultural, sexual e de gênero contra as mulheres negras.

Nesse sentido, a obra resiste aos contextos opressivos ao reafirmar o direito da população negra às suas memórias, ancestralidades, subjetividades e aos seus próprios corpos. Ao colocar Kehinde na condição de protagonista e narradora, Ana Maria Gonçalves constrói uma personagem que resiste, mesmo diante da perda da família, da escravização e da violência sexual, enfrentando de forma insurgente um poder historicamente enraizado.

No âmbito teórico, a relevância científica e social deste artigo contribui para os estudos da literatura negro-brasileira ao reforçar a importância de *Um defeito de cor* como narrativa do protagonismo feminino negro, evidenciando mulheres que se opõem às diversas crueldades vividas e analisando as transformações históricas e os paradigmas sociais sob uma perspectiva feminista e decolonial.

Portanto, *Um defeito de cor* reescreve o Brasil pela perspectiva de uma narradora negra que conquista voz para relatar, a partir do olhar da escravizada, as perversidades naturalizadas pelo colonizador português. Em vista disso, infere-se que Ana Maria Gonçalves constrói uma narradora insurgente, cujas ações conferem visibilidade às múltiplas formas de resistência e reafirmam a luta por direitos e liberdade coletiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de, REIS, Maurício de Novais. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202 – março, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUARTE, Eduardo de Assis. **O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo**. Rev. Estud. Fem. v.14, n.1, Abr 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100017>. Acesso em: 21Maio. 2026.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 25. ed, Rio de Janeiro: Record, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. organização Heloisa Buarque de Hollanda. [e tal]. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaio e Conferências**. Trad. Stéphanie Borges. 1.ed. 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. v. 22, n.3, p. 935-952, 2020.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas [on-line]. 2014, v. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 10 Jun. 2026.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. organização Heloisa Buarque de Hollanda. [e tal]. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** – v. 32 n. 94. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos malês em 1835, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2019.

XAVIER, Elódia. **Tudo no feminino:** a mulher e a narrativa brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.